

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 527.461 - SP (2019/0242292-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : ANGINELO DE FIGUEIREDO
ADVOGADO : FABIANO RUFINO DA SILVA - SP206705
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por ANGINELO DE FIGUEIREDO contra a decisão de e-STJ fls. 291/293, por meio da qual indeferi liminarmente a sua petição inicial de *habeas corpus*.

Segundo os autos, o paciente, condenado a 30 anos, 11 meses e 20 dias de reclusão, encontra-se preso desde o dia 21/11/2011.

Pleiteada a progressão de regime para o semiaberto, o pedido foi indeferido, sob o argumento de não ter sido cumprido o requisito objetivo necessário, considerando-se, como data-base, de acordo com a impetração, o dia do trânsito em julgado da última condenação.

Contra isso a defesa impetrou prévio *writ* na Corte *a quo*, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 279):

Habeas Corpus.

Possibilidade de indeferimento liminar pela Turma Julgadora — Interpretação a que conduzem o artigo 93, inciso XV da Constituição Federal, o artigo 663 do Código de Processo Penal e o artigo 248 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O writ não é adequado para a obtenção de benefícios no processo de execução.

Hipótese em que não se cumpriu o tempo legal para a progressão.

Writ denegado.

Na petição inicial de e-STJ fls. 3/13, a defesa alegou haver constrangimento ilegal decorrente da estipulação do trânsito em julgado da última condenação como data-base para a concessão de benefícios na execução penal.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, requereu a concessão da ordem para que fosse determinada a retificação dos cálculos da liquidação de penas, devendo-se utilizar como termo inicial a última prisão do apenado.

A impetração foi indeferida liminarmente, por supressão da instância, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesta oportunidade, a agravante sustenta "*que há manifesta ilegalidade a justificar a reforma da decisão agravada. A uma, porque, o Tribunal local analisou à matéria. A duas, porque, no julgamento do RESP n. 1.557.461/SC, ocorrido no dia 22/2/2018, a Terceira Seção desta Corte Superior alterou o anterior posicionamento jurisprudencial, passando a entender que a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não serve de novo parâmetro para fixação da data-base para concessão de benefícios à execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave*" (e-STJ fl. 306).

Requer, portanto, o provimento do presente recurso, para que seja reconsiderada a decisão agravada ou que seja levada a irresignação para apreciação pelo órgão colegiado competente.

É, em síntese, o relatório.

Como consignei na decisão ora agravada, a tese atinente à necessidade de alteração da data-base para concessão de benefícios para o dia da última prisão, pois essa estaria baseada na data do trânsito em julgado da última condenação, não foi apreciada expressamente pela Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2165482-05.2019.8.26.0000.

Nessa toada, considerando que a irresignação da defesa nem sequer foi apreciada pelo órgão colegiado do Tribunal *a quo*, fica obstada a análise das alegações por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância, a violar o disposto nos arts. 105, inciso II, alínea "a", da Constituição da República e 13, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, tendo em vista a ausência de clareza quanto aos parâmetros utilizados pelas instâncias ordinárias para definirem a data-base aplicável à execução penal do ora agravante, solicitei informações atualizadas ao Juízo de primeiro grau, as quais foram prestadas às e-STJ fls. 314/316, dando conta que:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Fabiano Rufino da Silva, em favor de Anginelo de Figueiredo, o qual alega estar sofrendo constrangimento ilegal, pois teria cumprido os requisitos subjetivo e objetivo para fins de progressão de regime.

Consta que a base cálculo utilizada nos autos foi o da última prisão, ou seja, 31 de julho de 2018, referente ao processo nº. 200402932107 da Comarca de Acreúna-GO (fls. 41/42 - terceira execução).

Nesta data foi determinada a elaboração de novo cálculo com base no trânsito em julgado da última condenação, ou seja, a partir de 19 de março de 2012. (Grifei.)

Ora, a partir do excerto destacado acima, verifico que a orientação firmada pelo Juízo de piso diverge do entendimento adotado pela Terceira Seção desta Corte no bojo de recurso especial representativo da controvérsia (RESp n. 1.753.512/PR), a evidenciar que o paciente está submetido a flagrante constrangimento ilegal, hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

Afinal, em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, já havia alterado o entendimento antes prevalente para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não servia de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal

Superior Tribunal de Justiça

enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).

Como bem asseverado no julgado acima referido, caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus consectários legais já repercutirão no bojo do cumprimento da pena. No entanto, a unificação das penas em razão da superveniência de condenação – embora permita ao magistrado a soma das reprimendas e a adequação do regime de cumprimento da pena – não permite a alteração do marco para concessão de benefícios executórios, por ausência de respaldo legal.

Nesse mesmo sentido, ainda, o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.

2. **Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.**

3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.

4. **Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.**

5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016 (HC 381.248/MG, relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 3/4/2018, grifei).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo regimental**. Contudo, com fulcro no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **concedo a ordem, de ofício**, para determinar ao Juízo da execução que promova novo cálculo de pena, considerando, como marco interruptivo para concessão de novos benefícios, a data do último recolhimento do paciente, ressalvada a possibilidade de alteração do termo em decorrência da prática de falta grave, desde que observadas, nessa hipótese, as Súmulas n. 441 e 535/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator